

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Serveng Energias Renováveis S.A.
Pedra Grande - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Serveng Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serveng Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Serveng Energias Renováveis S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	4	16.438	3.786	Fornecedores	11	2.800	2.620	23.412	17.586
Aplicações financeiras	4	669	4.273	90.840	90.955	Financiamentos	12	-	-	31.104	28.442
Contas a receber	5	2.739	2.614	69.943	65.727	Debêntures	12	-	-	46.091	45.791
Estoques		-	-	1.482	305	Obrigações tributárias		59	68	12.057	11.598
Impostos a recuperar	6	7.234	5.130	26.608	25.111	Obrigações Trabalhistas		49	131	1.236	1.294
Dividendo a receber	14	17.953	26.183	-	-	Dividendo a pagar	14	29.173	38.470	30.927	40.148
Despesas antecipadas		-	-	6.161	3.838	Partes relacionadas		2.770	2.770	-	-
Outras Contas a Receber		1	-	1.619	7.121	Arrendamentos a pagar	10	-	-	5.918	5.669
		28.599	38.205	213.091	196.842	Contas a pagar	13	580	614	38.225	3.819
								35.431	44.673	188.970	154.348
Não Circulante						Não circulante					
Depósitos Judiciais		-	-	322	322	Fornecedores	11	-	-	131	131
Outras contas a receber		-	-	19.746	19.832	Financiamentos	12	-	-	202.308	229.146
Partes relacionadas	14	4.368	17.948	-	-	Debêntures	12	-	-	230.456	275.514
Ativo fiscal diferido	15	8.729	9.207	10.699	11.383	Obrigações tributárias		-	-	4.812	5.068
Investimentos	7	769.424	802.865	-	-	Provisão para desmobilização	10	-	-	10.340	9.641
Imobilizado	8	24	-	1.500.389	1.565.232	Provisão para demandas judiciais	16	-	-	187	8
Intangível	9	-	-	17.756	20.121	Arrendamentos a pagar	10	-	-	73.460	76.727
		782.545	830.020	1.548.912	1.616.889	Contas a pagar	13	-	-	107.530	642
								-	-	629.224	596.878
Total do Ativo		811.144	868.225	1.762.002	1.813.731	Patrimônio líquido	17				
						Capital social		641.213	641.213	641.213	641.213
						Reservas de lucros		134.500	182.339	134.500	182.340
								775.713	823.552	775.713	823.552
						Participação não controladores		-	-	168.096	238.953
								775.713	823.552	943.808	1.062.505
						Total do passivo e patrimônio líquido		811.144	868.225	1.762.002	1.813.731

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações do resultado individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	18	30.812	29.518	762.333	705.659
(-) Custo dos produtos vendidos	18	<u>(30.636)</u>	<u>(28.875)</u>	<u>(398.496)</u>	<u>(301.070)</u>
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		176	643	363.837	404.588
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	19	(13.073)	(20.753)	(34.977)	(41.005)
Resultado de equivalência patrimonial	7	128.118	173.127	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	19	<u>(5.534)</u>	<u>(3.271)</u>	<u>(1.549)</u>	<u>20.724</u>
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		109.687	149.747	327.311	384.308
Receitas financeiras	20	13.718	12.872	19.754	21.151
Despesas financeiras	20	<u>(93)</u>	<u>(160)</u>	<u>(70.942)</u>	<u>(71.733)</u>
(=) Resultado financeiro líquido		13.625	12.712	(51.188)	(50.582)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		123.312	162.458	276.133	333.726
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	21	-	-	(75.101)	(71.389)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	21	(478)	(478)	(519)	(12.941)
(=) Lucro líquido do exercício		<u>122.834</u>	<u>161.980</u>	<u>200.503</u>	<u>249.395</u>
Lucro líquido por ação		<u>0,207</u>	<u>0,272</u>	<u>0,338</u>	<u>0,419</u>
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	122.834	161.980
Acionistas não controladores		-	-	77.669	87.416
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>200.503</u>	<u>249.395</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(=) Lucro líquido do exercício	122.834	161.980	200.503	249.395
Outros resultados abrangentes			-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>122.834</u>	<u>161.980</u>	<u>200.503</u>	<u>249.395</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	122.834	161.980
Acionistas não controladores	-	-	<u>77.669</u>	<u>87.416</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>200.503</u>	<u>249.395</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Ações de tesouraria	Reservas		Lucros acumulados	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		643.706	-	27.966	232.776	-	904.448	229.780	1.134.228
Ações de tesouraria			(2.493)	-	-	-	(2.493)	-	(2.493)
Lucro líquido do exercício	17.c	-	-	-	-	161.980	161.980	87.416	249.395
Reserva legal	17.b	-	-	8.099	-	(8.099)	-	-	-
Dividendos propostos	17	-	-	-	-	(38.470)	(38.470)	(7.344)	(45.814)
Dividendos adicional	17	-	-	-	(201.913)	-	(201.913)	(57.923)	(259.836)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	115.411	(115.411)	-	-	-
Juros sobre capital Próprio	20	-	-	-	-	-	-	(12.975)	(12.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		643.706	(2.493)	36.065	146.274	-	823.552	238.953	1.062.505
Ações de tesouraria		(2.493)	2.493	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	17.c	-	-	-	-	122.834	122.834	77.669	200.503
Reserva legal	17.b	-	-	6.142	-	(6.142)	-	-	-
Dividendos propostos	17	-	-	-	-	(29.173)	(29.173)	(6.526)	(35.699)
Dividendos adicional	17	-	-	-	(141.500)	-	(141.500)	(127.297)	(268.797)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	87.519	(87.519)	-	-	-
Juros sobre capital Próprio	20	-	-	-	-	-	-	(14.704)	(14.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		641.213	-	42.207	92.293	-	775.713	168.096	943.808

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicati va	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
(=) Lucro líquido do exercício		122.834	161.980	122.834	161.980
Itens que não afetam o caixa operacional					
Participação de não controladores, líquido		1	-	(9.746)	6.153
(+) Depreciação e amortização	8	-	-	70.632	73.674
(+) Juros e variações monetárias		-	-	72.587	67.682
(-) Lucro não realizado	8	(1.407)	(1.407)	(1.407)	(1.407)
(-) Equivalência patrimonial		(128.118)	(173.127)	-	-
(-) Dividendos Desproporcional		4.357	2.125	-	-
(-/+) (Reversão)/provisão para demandas judiciais		-	-	179	(22.459)
(+) Custo residual de ativo imobilizado baixado		-	-	1.464	225
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social		478	478	(8)	478
Resultado de ativos e passivo oneroso		-	-	(27)	(14.854)
		<u>(1.854)</u>	<u>(9.950)</u>	<u>256.508</u>	<u>271.472</u>
Aumento líquido/(Redução) nos ativos					
Aplicação financeira		3.604	59.223	115	129.629
Contas a receber		(124)	75	(4.215)	10.556
Estoques		-	-	(1.177)	(43)
Impostos a recuperar		(2.104)	(2.043)	(1.497)	(3.532)
Despesas antecipadas		-	-	(2.323)	(1.403)
Outras contas a receber		(1)	6	5.588	(17.341)
Depósitos judiciais		-	-	-	81
Aumento líquido/(redução) nos passivos					
Fornecedores		180	(164)	5.826	1.426
Obrigações tributárias		(9)	(81)	203	3.817
Obrigações Trabalhistas		(82)	19	(58)	102
Outras contas a pagar		(34)	614	79.301	1.598
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		<u>1.430</u>	<u>57.647</u>	<u>81.763</u>	<u>124.890</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Partes Relacionadas		13.580	24.986	-	-
Dividendos recebidos	7	153.356	162.788	-	-
Aquisição de imobilizado		(25)	-	(2.685)	(2.796)
Juros sobre capital		13.483	11.897	(14.825)	(12.975)
Investimentos		-	(8.530)	-	-
Ações em tesouraria		-	(2.493)	-	(2.493)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		<u>180.393</u>	<u>188.648</u>	<u>(17.510)</u>	<u>(18.264)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Arrendamentos pagos		-	-	(6.878)	(6.498)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		-	-	150.006	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		-	-	(133.164)	(103.280)
Dividendos pagos		(179.970)	(239.113)	(318.073)	(265.678)
Partes relacionados		-	2.770	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		<u>(179.970)</u>	<u>(236.343)</u>	<u>(308.109)</u>	<u>(375.455)</u>
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1)</u>	<u>2</u>	<u>12.653</u>	<u>2.642</u>
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		4	2	3.786	1.144
No fim do exercício		3	4	16.438	3.786
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1)</u>	<u>2</u>	<u>12.653</u>	<u>2.642</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Serveng Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 5, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 29 de janeiro de 2010.

A Companhia tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades semelhantes a exercida pela Companhia. Atuando como agente comercializadora, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com o Despacho nº 2.240, de 23 de agosto de 2016, com o início de sua operação em agosto de 2013.

As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de quinze parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 167 aero geradores, sendo um dos maiores complexo do Brasil com sua potência instalada de 282MV.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 27 de fevereiro de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 8 - Provisões para desmobilização;
- Nota 12 - Provisão para demandas judiciais;
- Nota 18 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.6. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.7. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.10. Arrendamento mercantil

3.10.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.10.2. Como arrendatário

As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a controladas reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

3.10.3. Desmobilização

As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a sua controladas deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção aos terrenos das empresas do grupo, que não há previsão.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes e Diferidos

3.12.1. Correntes

Os valores dos impostos são calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.12.2. Diferidos

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social, diferidos, são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda e contribuição social diferido detalhamento e demonstrado na (nota 13)

3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.14. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.15. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.15.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adotou pela primeira vez os seguintes pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025:

3.16.1. CPC 18 (R3) – “Investimentos em Coligadas e Controladas e Equivalência Patrimonial”;

Alteração ao CPC 18 (R3) que atualiza os critérios de mensuração e aplicação do método de equivalência patrimonial em consonância com os ajustes promovidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) ao IAS 28. A aplicação inicial desta revisão ocorreu no exercício de 2025, não gerando impactos materiais relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.16.2. ICPC 09 (R3) – “Demonstrações Individuais/Separadas e Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”;

A nova versão da interpretação técnica ICPC 09 trata de questões práticas relativas à elaboração de demonstrações financeiras individuais/separadas e consolidadas, bem como a aplicação do método de equivalência patrimonial, harmonizando orientações brasileiras com as práticas internacionais. Sua adoção foi obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025, sem efeitos significativos nas políticas contábeis da Companhia.

3.16.3. Revisões do CPC 02 (R2) – “Efeitos de Mudanças nas Taxas de Câmbio”;

Foram incorporadas revisões ao CPC 02 (R2) com base em alterações internacionais relativas ao tratamento contábil quando a moeda de uma operação não é conversível, exigindo divulgações adicionais e critérios de mensuração mais detalhados sobre a não-exchangeability de moeda. A adoção inicial destas revisões ocorreu em 1º de janeiro de 2025, não tendo gerado impactos reconhecidos materialmente nas demonstrações da Companhia no exercício.

3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente a Companhia avaliou os efeitos de adoção destes pronunciamentos, revisões e interpretações exigidos a partir de 1º de janeiro de 2025 e concluiu que eles não geraram impactos materiais nas políticas contábeis, valores reconhecidos ou divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2025, além das revisões de apresentação ou informação exigidas. Os itens foram incorporados conforme os requisitos de transição estabelecidos pelos respectivos pronunciamentos e normas regulatórias.

3.18. Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidência dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A entidade avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

3.18.1. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Serveng Energias Renováveis S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2025	2024
Corumbá Concessões S.A.	Integral - Direto	47,83	47,83
Ventos Potiguares Comercializadora S.A.	Integral - Direto	100	100
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
SM Geração de Energia Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ponta do Vento Leste Geradora S.A.	Integral - Indireto	100	100
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Torres de São Miguel Geradora S.A.	Integral - Indireto	100	100

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2024	2024
Bancos conta movimento	3	4	16.438	3.786
Aplicações financeiras (a)	669	4.273	90.840	90.955
	<u>672</u>	<u>4.277</u>	<u>107.278</u>	<u>94.741</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 14,90% a.a. em 2025 (12,15% a.a. em 2024).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber (a)	2.739	2.614	69.943	65.727
	<u>2.739</u>	<u>2.614</u>	<u>69.943</u>	<u>65.727</u>

- (a) O "Contas a receber" da Companhia refere-se à comercialização de energia eólica, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS retido na fonte (a)	1	1	3.236	2.673
COFINS retido na fonte (a)	3	3	14.611	12.119
IR retido na fonte (b)	6.876	4.933	7.056	9.793
IRPJ Estimativa (c)	250	137	1.265	137
CSLL Estimativa (c)	100	52	100	52
IRPJ e CSLL a recuperar (c)	-	-	144	228
Outros impostos a recuperar	4	4	196	109
	<u>7.234</u>	<u>5.130</u>	<u>26.608</u>	<u>25.111</u>

- (a) Referem-se a crédito oriundo de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia;
- (b) Créditos relativos a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre capital próprio;
- (c) Valores correspondente a recolhimento por estimativa.

7. INVESTIMENTO

	Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial	802.865	791.660
(+) Recebimentos de dividendos (a)	(140.655)	(137.643)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (c)	141.600	185.024
(-) Recebimento dos juros sobre capital próprio	(13.483)	(11.897)
(-) Ajuste de equivalência do dividendo desproporcional das ações	(4.357)	(2.125)
(+/-) Ajuste de exercícios anteriores	-	-
(-) Amortização dos lucros não realizados	1.407	1.407
(+) Aporte / Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8.530
(-) Dividendos propostos (b)	(17.953)	(32.091)
(=) Total da Movimentação de Investimento	<u>769.424</u>	<u>802.865</u>
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios (a)	26.183	31.135
Dividendos adicional recebidos do exercício (a)	127.173	131.653
Total de Investimento	<u>153.356</u>	<u>162.788</u>

- (a) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$153.356 mil, desse valor R\$127.143 referem se a dividendos adicionais de 2025, R\$26.183 mil referem se a dividendos propostos de 2024 recebidos durante o exercício de 2025.
- (b) Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas; e
- (c) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Patrimônio Líquido	Lucro não realizado / AFAC	Participação no Capital	Participação		Equivalencia	
				2025	2024	2025	2024
Ventos Potiguares	280.389	(25.672)	100,00%	254.717	237.549	51.884	80.823
Ventos Fortes	343.782	-	100,00%	343.782	330.545	17.360	23.357
Energia Potiguar	65.817	-	0,01%	7	6	2	1
Morro dos Ventos	67.483	-	0,01%	7	6	3	1
Canto da Ilha	35.918	-	0,02%	7	6	3	1
Esquina dos Ventos	40.519	-	0,02%	7	6	3	1
Pontal do Nordeste	40.950	-	0,02%	7	6	2	1
Ilha dos Ventos	27.982	-	0,03%	8	7	4	1
Torres de Pedra	65.090	-	0,01%	9	6	2	1
Ponta do Vento Leste	63.606	-	0,01%	9	6	2	1
Torres de São Miguel	29.383	-	0,02%	9	6	2	1
Campina Potiguar	40.272	-	0,02%	7	6	4	1
Corumbá Concessões	322.232	-	47,83%	154.136	219.108	57.736	80.156
Serveng Energia Imob	16.712	-	100,00%	16.712	15.602	1.111	677
				<u>769.424</u>	<u>802.865</u>	<u>128.118</u>	<u>185.023</u>

8. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	2025	2024
Terrenos	509	509
Veículos	2.975	3.473
Reservatórios, barragens e adutoras	362.434	373.846
Aerogeradores	968.314	1.015.150
Instalações e benfeitorias	27.109	37.773
Equipamentos de informática	706	724
Máquinas e equipamentos	107.953	113.409
Móveis e utensílios	357	374
Direito de uso	43.204	43.768
(-) Lucro não realizado	(25.671)	(27.079)
Imobilizado em andamento	12.499	3.285
	<u>1.500.389</u>	<u>1.565.232</u>

As controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Consolidado	Taxa de Depreciação a.a.	2023	Adições / Baixas / Transf.	2024	Adições / Baixas / Transf.	2025
Custo						
Terrenos		509	-	509	-	509
Veículos		3.393	4.038	7.431	300	7.731
Reservatórios, barragens e adutoras		570.823	230	571.053	(523)	570.530
Aerogeradores		1.414.469	-	1.414.469	299	1.414.768
Instalações e benfeitorias		40.442	9.410	49.852	(9.454)	40.398
Equipamentos de informática		1.253	409	1.662	57	1.719
Máquinas e equipamentos		216.970	6.619	223.589	1.244	224.833
Móveis e utensílios		700	21	721	12	733
Direito de uso		62.472	(212)	62.260	3.020	65.280
(-) Lucro não realizado	-	(28.486)	1.407	(27.079)	1.408	(25.671)
Imobilizado em andamento	-	8.188	(4.903)	3.285	9.214	12.499
		<u>2.290.733</u>	<u>17.019</u>	<u>2.307.752</u>	<u>5.577</u>	<u>2.313.329</u>
Depreciação						
Veículos	3,3	(3.122)	(836)	(3.958)	(798)	(4.756)
Reservatórios, barragens e adutoras	4 a 25	(185.643)	(11.564)	(197.207)	(10.889)	(208.096)
Aerogeradores	4 a 25	(352.171)	(47.148)	(399.319)	(47.135)	(446.454)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(10.603)	(1.476)	(12.079)	(1.210)	(13.289)
Equipamentos de informática	4 a 25	(761)	(177)	(938)	(75)	(1.013)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(102.891)	(7.289)	(110.180)	(6.700)	(116.800)
Móveis e utensílios	4 a 25	(318)	(29)	(347)	(29)	(376)
Direito de uso		(14.796)	(3.696)	(18.492)	(3.944)	(22.076)
		<u>(670.303)</u>	<u>(72.215)</u>	<u>(742.520)</u>	<u>(70.780)</u>	<u>(812.940)</u>
		<u>(1.620.41)</u>	<u>(55.196)</u>	<u>(1.565.232)</u>	<u>(65.203)</u>	<u>(1.500.389)</u>

9. INTANGIVEL

A controlada Corumbá Concessões atua na geração e comercialização de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica explorada mediante a contrato de concessão firmado, nos termos da Agência Nacional de Energia Elétrica e legislação aplicável ao setor elétrico.

O contrato de concessão é contabilizado de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12), sendo reconhecido como ativo intangível, uma vez que a Companhia possui o direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura.

Adicionalmente a sua controlada Ventos Potiguares, desenvolveu projetos ambientais que permitem a geração e comercialização de créditos de carbono, decorrentes da redução de emissões de gases de efeito estufa. Os créditos de carbono são reconhecidos e registrado no ativo intangível pelo custo de obtenção (custo de certificação, auditoria, validação e registro).

	Consolidado	
	2025	2024
Direito de concessão	18.147	19.444
Crédito de Carbono	903	1.973
(-) Amortização	(1.294)	(1.296)
	<u>17.756</u>	<u>20.121</u>

10. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Suas controladas possuem contratos de outorgas e arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Ativo		
Direito de uso do ativo arrendado	65.280	62.260
Amortização do exercício	(22.076)	(18.492)
Saldo contábil líquido	<u>43.204</u>	<u>43.768</u>
Passivo		
Arrendamento a pagar	9.392	9.367
(-) Juros a apropriar	(3.474)	(3.698)
	5.918	5.669
Arrendamento a pagar	94.675	99.999
(-) Juros a apropriar	(21.215)	(23.271)
Provisão de Desmobilização (a)	10.340	9.641
	<u>83.800</u>	<u>86.369</u>
Saldo contábil líquido	<u>89.718</u>	<u>92.038</u>

Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, no início do reconhecimento, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento de suas controladas.

- (a) As controladas possuem contratos de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, deve constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre as outorgasse e os arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	<u>Consolidado</u>
2027	9.081
2028	9.342
2029	9.625
2029	.9.930
2030 em diante	<u>35.482</u>
	<u>73.460</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

11. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	2.800	2.620	23.412	17.586
Terrenos	-	-	131	131
	<u>2.800</u>	<u>2.620</u>	<u>23.543</u>	<u>17.717</u>

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas.

12. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Financiamento BNDES	-	-	-	-
Financiamento BNB (b)	-	-	233.412	257.588
Debêntures (a)	-	-	276.547	321.305
Capital de Giro	-	-	-	-
Saldo contábil	-	-	509.959	578.893
Circulante	-	-	77.195	74.233
Não Circulante	-	-	432.764	504.660

Saldo em 2024	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	Saldo em 2025
578.893	-	64.230	(133.164)	578.893

- (a) Conforme Fato Relevante divulgado por sua controlada em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, composta por 450.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$450.000.000,00, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem uma remuneração 100% do e CDI + 2,15% a.a., com o vencimento final em 07 de janeiro de 2032.

Os recursos obtidos com a Emissão foram usados para liquidação de certas dívidas das suas controladas junto ao BNDES, recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

A escritura das Debentures está garantida pelo grupo de alienações fiduciárias da totalidade de ações das controladas, equipamentos e suas receitas proveniente da venda de energia elétrica.

- A companhia tem a obrigatoriedade de manter o caixa mínimo: maior ou igual a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), em aplicações financeiras inferior a 360 dias com liquidez diária verificados no conjunto da Emissora e suas controladas. (nota 4)
- (b) As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035.

Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos.

13. OUTROS PASSIVOS

Determinadas operações comerciais e contratuais da Companhia preveem o recebimento de valores a título de garantias contratuais (cauções) e antecipações financeiras de clientes ou fornecedores, vinculadas a fornecimentos futuros de bens ou serviços, os quais são reconhecidos no passivo até o cumprimento das respectivas obrigações.

Abertura do Saldo Contábil	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caução(i)	-	-	5.000	-
Adiantamento de Clientes (ii)	-	-	138.105	631
Contas a pagar	580	614	2.650	3.830
Saldo contábil	<u>580</u>	<u>614</u>	<u>145.755</u>	<u>4.461</u>
Circulante	580	614	38.225	3.819
Não Circulante	-	-	107.530	642

- (i) Outras contas a pagar é composto por caução, essa garantia está vinculada ao contrato de venda de energia das controladas SM Geração de Energia e Ventos Parazinhenses, perante ao cliente apresentar a garantia bancária.
- (ii) Em 1º de julho de 2025 a controlada celebrou Contrato de Compra e Venda da Energia Elétrica com o Itaú Unibanco Comercializado de Energia Ltda, objetivando a comercialização de energia elétrica no período de suprimento de 01 de julho de 2025 a 30 de junho de 2030. Esta operação de compra e venda de energia elétrica atende à legislação aplicável ao setor elétrico brasileiro, em especial, o contido nas Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 10.438 de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de março de 2004 e nos Decretos nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, nº 2.655, de 2 de julho de 1998, nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções da ANEEL, nos procedimentos de comercialização e nas regras de comercialização vigentes.

Após atender as condições contratuais, a Companhia recebeu, em 04 de julho de 2025, o pagamento antecipado pelo comprador no valor de R\$ 150.004, correspondente a totalidade de pagamentos.

14. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ventos Potiguarés	12.323	19.196	-	-	-	-
Corumbá	1.503	1.437	-	-	-	-
Ventos Fortes	4.123	5.547	-	-	-	-
Parques Eólico – UV1 à UV10	4	3	-	-	-	-
Itaguaçu Investimentos	-	-	29.173	38.470	29.173	38.470
Outros acionistas	-	-	-	-	1.754	1.678
	<u>17.953</u>	<u>26.183</u>	<u>29.173</u>	<u>38.470</u>	<u>30.927</u>	<u>40.148</u>

Descrição	Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante)			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ventos Fortes	4.368	17.948	-	-
	<u>4.368</u>	<u>17.948</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2025.

15. ATIVO DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais e prejuízos fiscais na apuração.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ	6.418	6.770	7.867	8.370
CSLL	2.311	2.437	2.832	3.013
Total	<u>8.729</u>	<u>9.207</u>	<u>10.699</u>	<u>11.383</u>

Controladora - Movimentação

Descrição	2025	Movimentação	2024	Movimentação	2023
IRPJ	6.418	(352)	6.770	(351)	7.121
CSLL	2.311	(126)	2.437	(127)	2.564
	<u>8.729</u>	<u>(478)</u>	<u>9.207</u>	<u>(478)</u>	<u>9.865</u>

Consolidado - Movimentação

Descrição	2025	Movimentação	2024	Movimentação	2023
IRPJ	7.867	(503)	8.370	(5.758)	14.488
CSLL	2.832	(181)	3.013	(2.203)	5.216
	<u>10.699</u>	<u>(684)</u>	<u>11.383</u>	<u>(7.961)</u>	<u>19.704</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia não é parte de ações cujo risco de perda é considerado provável pela Administração e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, no exercício de 2025.

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos na controlada. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

	Consolidado	
	2025	2024
Processos Cíveis	187	8
	187	8

16.1. Ações das controladas possíveis

16.1.1. Ações cíveis

- a. A controlada SM Geração de Energia é parte em ação de natureza cível através do polo passível, as quais têm como objeto, geralmente, discussões relativas à indenização por danos morais, cuja execução está sob responsabilidade da Serveng Civilsan S.A. Atualmente, a Companhia discute nesta ação judicial cível o valor de R\$1.950mil em 31 de dezembro de 2025.
- b. Ação de cobrança movida por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO, cujo pleito principal visava o ressarcimento/indenização de uma estação de captação de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submersa pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV. SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R\$ 24.021. Como em julho de 2021 a Companhia já havia depositado o valor devido, com a correção monetária e juros de mora a partir da homologação do laudo pericial, com a decisão do STJ, não há saldo a pagar, razão pela qual reverteu-se a provisão em 30 de junho de 2024. Em 21 de agosto de 2024, a SANEAGO interpôs Agravo Interno, para que o Colegiado da 4ª Turma do e. Superior Tribunal de Justiça, composto por 05 (cinco) ministros, reaprecie a decisão do Relator. Em 18 de março de 2025 foi pautado o julgamento do Agravo de Instrumento por sessão virtual, ocorrendo, contudo, dois pedidos de destaques para julgamento presencial por dois Ministros integrantes da Turma de Julgamento. O recurso aguarda por remarcação de nova data de julgamento.
- c. Trata-se de ação de desapropriação que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Luziânia-GO, sob o nº 200401747799, referente a área rural atingida pela formação do reservatório da UHE Corumbá, em que não foi possível a composição amigável quanto ao preço da indenização do imóvel, nem quanto aos lucros cessantes da exploração de areia que existia no local. Após apelação e demais recursos pertinentes, foi apresentado Recurso Especial pela Companhia. Em 09 de março de 2021 foi proferida decisão favorável pelo STJ afastando a condenação de lucros cessantes, na ordem de R\$291. Restando um saldo de valor histórico a pagar de R\$40 e eventuais obrigações acessórias (juros, correção, adv., custas finais).

16.1.2. Ações trabalhistas

As Companhias Controladas fazem parte em uma ação natureza trabalhista em nome do Consórcio Parque Eólico através do polo passível, as quais têm como objeto discussões relativas a indenizações e execuções, cuja está sob discussão o montante de R\$19mil em 31 de dezembro de 2025.

Consoiciadas	Controladas / Não controladas	Participação em %	Participação em R\$
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	1
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	1
Ponta do Vento leste Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	1
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	Controlada	3,80%	1
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Controlada	8,13%	2
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,34%	1
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,88%	1
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,88%	1
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Controlada	3,80%	1
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,88%	1
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	8,54%	2
Ventos de Santo Antonio Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	6,40%	1
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	7,11%	1
SM Geração de Energia Eólica S.A.	Não Controlada	10,68%	2
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	9,79%	2
Total da Ação		100%	19

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

17. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$641.213 mil em 31 de dezembro de 2025, está representado por 593.386 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R\$42.207mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$36.065mil em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Saldo inicial	36.065	27.966
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	6.142	8.099
	42.207	36.065

(c) Dividendos mínimo

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, os dividendos obrigatórios são de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	122.934	161.980
Constituição da reserva legal (5%)	(6.142)	(8.099)
Base de Cálculo dos dividendos	116.692	153.881
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(29.173)	(38.470)
	<u>87.519</u>	<u>115.411</u>

(d) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R\$92.293 (R\$146.274 em 2024).

18. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Consolidado			
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Venda de energia	33.952	32.527	813.609	752.158
Impostos sobre faturamento	(3.141)	(3.009)	(51.166)	(46.499)
Vendas Canceladas	-	-	(110)	-
Receita líquida	<u>30.811</u>	<u>29.518</u>	<u>762.332</u>	<u>705.659</u>

As receitas das controladas são reconhecidas por competência, pela comercialização das suas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depreciação e amortização	(1)	-	(73.459)	(72.783)
Custo do produto vendido	(30.665)	(29.322)	(250.799)	(198.689)
Serviços de terceiros	(3.151)	(5.270)	(24.500)	(31.601)
Arrendamento de terra	(35)	(79)	(41.661)	(504)
Despesas com pessoal	(10.182)	(14.699)	(30.620)	(28.425)
Despesas com serviços	-	-	-	-
Despesas tributárias	(1.300)	(1.182)	(2.265)	(2.023)
Centro de serviços compartilhados	-	-	(1.701)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(2)
Outros	(3.908)	(2.346)	(10.017)	12.776
	<u>(49.242)</u>	<u>(52.898)</u>	<u>(435.022)</u>	<u>(321.251)</u>

Classificação por Função	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas administrativas (i)	(30.635)	(28.875)	(398.496)	(301.070)
Custo do produto vendido	(13.073)	(20.753)	(34.977)	(41.005)
Outras receitas/(despesas) líquidas	(5.534)	(3.671)	(1.549)	20.724
	<u>(49.242)</u>	<u>(52.898)</u>	<u>(435.022)</u>	<u>(321.351)</u>

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	236	975	18.903	20.789
Juros sobre capital próprio	13.483	11.897	-	-
Descontos obtidos	-	-	850	55
	<u>13.719</u>	<u>12.872</u>	<u>19.754</u>	<u>20.844</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(64.254)	(63.018)
Juros sobre arrendamento	-	-	(4.334)	(6.224)
Despesas bancárias	(4)	(4)	(413)	(441)
Juros incorridos	-	(53)	(1.816)	(1.324)
Outros	(89)	(103)	(125)	(419)
	<u>(93)</u>	<u>(160)</u>	<u>(70.942)</u>	<u>(71.426)</u>
Total	<u>13.625</u>	<u>12.712</u>	<u>(51.188)</u>	<u>(50.582)</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

22.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

22.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	23.543	-	-
Financiamentos e debentures	77.195	154.390	278.374

22.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

22.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2025 a exposição máxima é de R\$178.841 no consolidado e R\$3.411 na controladora (R\$167.589 no consolidado e R\$6.891 na controladora em 2024) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

22.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

22.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	16.438	3.786	16.438	3.786
Aplicações financeiras	90.840	90.955	90.840	90.955
Contas a receber	69.943	65.727	69.943	65.727
Outras contas a receber	1.619	7.121	1.619	7.121
Total	<u>178.841</u>	<u>167.589</u>	<u>178.841</u>	<u>167.589</u>

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024
Passivos financeiros				
Fornecedores	23.412	17.586	23.412	17.586
Financiamentos e Debêntures	509.959	578.893	509.959	578.893
Outras contas a pagar	145.755	4.461	145.755	4.461
Total	<u>679.126</u>	<u>600.940</u>	<u>679.126</u>	<u>600.940</u>

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2025		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	16.438	-	-
Aplicações financeiras	-	90.840	-
Contas a receber	69.943	-	-
Outras contas a receber	1.619	-	-
Total	88.001	90.840	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	23.412
Financiamentos e Debêntures	-	-	509.959
Outras contas a pagar	-	-	145.755
Total	-	-	679.126
Consolidado	2024		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	3.786	-	-
Aplicações financeiras	-	90.955	-
Contas a receber	65.727	-	-
Outras contas a receber	7.121	-	-
Total	76.634	90.955	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	17.586
Financiamentos e Debêntures	-	-	578.893
Outras contas a pagar	-	-	4.461
Total	-	-	600.940

22.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

22.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 14,90% (12,15% em 2024) para o CDI e 7,98% (7,43% em 2024) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	19.754	14,90	2.943	3.679	4.415	2.207	1.472
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(70.942)	7,98%	(5.661)	(7.076)	(8.492)	(4.246)	(2.831)
Resultado financeiro			<u>(2.718)</u>	<u>(3.397)</u>	<u>(4.077)</u>	<u>(2.038)</u>	<u>(1.359)</u>

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falci
Contador CRC 1 SP 252875/O-1
Contador